

Desempenho

Outubro de 2021



O mês de outubro continuou a ser marcado por grande instabilidade econômica e financeira. Globalmente, algumas preocupações permanecem, como novas ondas de contaminação da Covid, principalmente na Europa, levantando a discussão sobre um novo lockdown. Em paralelo, há a discussão sobre a obrigatoriedade da vacinação, sendo que alguns países já estão considerando a adoção de restrições para aqueles que não se vacinarem.

No front econômico, dois pontos têm trazido preocupação. A China tem enfrentado desafios no mercado imobiliário, com algumas empresas importantes mostrando dificuldade de honrar seus compromissos financeiros. O setor imobiliário é importante para a economia chinesa e pode trazer impactos negativos para o crescimento econômico.

Como a segunda maior economia do mundo, a China é relevante em termos globais e a queda de crescimento por lá certamente respingará em outros países, principalmente naqueles que vendem seus produtos no mercado chinês. O agravamento é ainda maior para os exportadores de commodities, como é o caso do Brasil.

O segundo ponto preocupante é a inflação. A alta de preços globais, que antes parecia ser transitória, tem se mostrado permanente. Nesse cenário, alguns bancos centrais, como o FED, nos Estados Unidos, já se movimentam para aumentar os juros internos na tentativa de frear o aumento de preços.

Este ponto em particular tem sido também fator de preocupação constante dos analistas locais, do Banco Central do Brasil (BCB) e da sociedade como um todo, afetando os consumidores. Internamente, a inflação medida pelo IPCA tem se mostrado resiliente, sendo que o acumulado de 2021 já se encontra acima de 9%.

Neste contexto, o Comitê de Política Monetária (Copom) tem feito elevações na taxa básica de juros e a pesquisa Focus do BCB já aponta que até dezembro a taxa SELIC deverá chegar a 9,25%, na tentativa de frear a escalada da inflação. O aspecto negativo da taxa de juros mais alta é o menor crescimento da economia.

Por outro lado, outros fatores internos também têm contribuído para o aumento da instabilidade. Um deles já é conhecido e ocorre de tempos em tempos: o processo eleitoral que ocorrerá em 2022, mas que já mostra suas "garras". Partidos e potenciais candidatos já estão em campanha e alianças e filiações partidárias já estão em curso, visando principalmente a corrida presidencial.

A eleição, por si só, não deveria trazer instabilidade, visto que faz parte do processo democrático. Entretanto, a incerteza quanto às políticas a serem adotadas pós-eleição, o nível do embate eleitoral e o risco de o governo adotar medidas puramente eleitoreiras com certeza têm trazido – e continuarão a trazer – volatilidade.

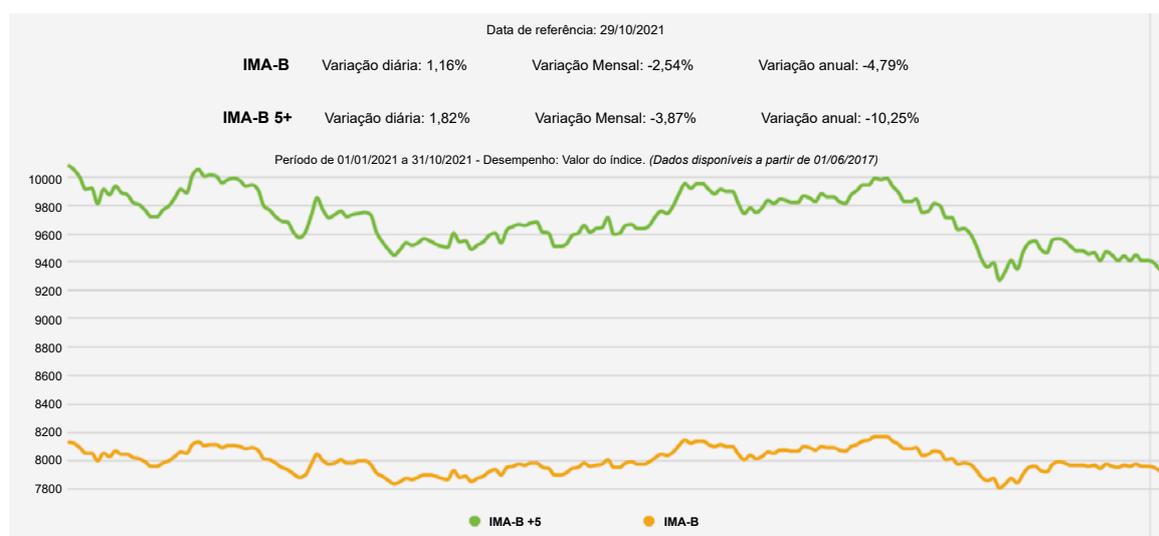
Sobre este último aspecto, a grande discussão que os analistas políticos e econômicos têm feito é sobre a questão fiscal e o teto de gastos, uma vez que o Governo Federal tem buscado alternativas para aumentar os gastos públicos acima do que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite.

Um ponto a observar nesse caso é que o aumento de gastos para um país com dívida alta tem que ser financiado por aumento de receitas ou aumento do endividamento. Assim, para emitir novos títulos públicos, o Governo (Tesouro), tem que pagar mais para o investidor, situação que tem ocorrido ao longo deste ano. Isso impacta os preços dos títulos públicos federais e o retorno dos investidores em geral. Mais uma vez, a marcação a mercado trazendo impacto negativo.

Esse cenário impactou fortemente o retorno da renda fixa de parte dos planos administrados pela Funssest, que têm forte participação de títulos públicos, conforme nossa estratégia de longo prazo e, o mais importante, possuem excelente remuneração acima da meta atuarial. Pela estratégia dos planos, incluindo o "duration" (prazo para pagamento dos benefícios), serão mantidos até o vencimento. Como comparativo, mostramos abaixo o retorno em 2021 do IMAB e IMAB 5+ elaborado pela Anbima, importante associação do mercado financeiro. Esses índices servem de referência para acompanhamento da carteira de renda fixa dos planos que estão sujeitos a marcação a mercado.

Esses índices mostram o retorno de uma carteira de títulos públicos atrelados ao IPCA, as NTNBs. No caso do IMAB, o cálculo é feito considerando o vencimento de todos os títulos emitidos pelo Governo (2022 a 2055) e o IMAB 5+ considera apenas os títulos com vencimento acima de 5 anos (2028 a 2055) e são marcados a mercado.

O gráfico mostra que o mês de outubro e o ano de 2021, em ambos os índices, apresentaram resultados nada satisfatórios e foram influenciados pelos pontos já abordados acima.



Nota-se, portanto, que a instabilidade econômica e política tem trazido forte impacto negativo, inclusive para os investimentos considerados mais conservadores.

Os outros segmentos de aplicação também tiveram resultados negativos, sendo o principal deles a renda variável, como os principais índices de ações, IBOVESPA e IBX, apresentando queda de quase 7% em outubro.

Por fim, outro reflexo claro desse contexto mais conturbado é a desvalorização do Real. Alguns economistas e analistas chegam a dizer que, se não fossem os problemas internos, principalmente relacionados às questões fiscais, o Real poderia estar em patamares mais baixos.

Olhando à frente, temos buscado alternativas para mitigar o risco, mas o cenário se mostra desafiador, com juros mais altos, queda nas expectativas de investimentos e corrida eleitoral em 2022.